



306
JL

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **213118-6**
EMBARGANTE(S): **BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S/A**
EMBARGADO(S): **VERA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCONFORMISMO COM O MÉRITO DA DECISÃO EMBARGADA. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC. MÉRITO JÁ CONSAGRADO. OS MAGISTRADOS NÃO TÊM O DEVER NECESSÁRIO DE ESMIUÇAR TODOS OS ASSUNTOS TRAZIDOS PELA PARTE SE APENAS UM OU ALGUNS DELES TEM FORÇA PARA FIRMAR SUA CONVICÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

- A alegação de que houve omissão no quesito que a embargada adquiriu o automóvel antes do CC/02 – outro regime jurídico, não deve prosperar, haja vista, *in casu*, a busca e apreensão foi realizada em 2003, isto é, foi este fato que lesionou o direito da parte embargada, ou seja, marco que deu origem a presente celeuma;

- No tocante a suposta contradição alegada, a parte ora embargante, aduziu, vertiginosamente, que esta relatoria, para decidir de forma terminativa (art. 557), se baseou na sentença. Todavia, esta relatoria, no voto do Agravo, fez menção à decisão terminativa deste próprio juízo, e não da decisão de piso;

- Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 213118-6, em que figura como parte Embargante BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S/A e como parte Embargada VERA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29.05.2014.


Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

PROCESSO Nº: **213118-6**

EMBARGANTE(S): **BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S/A E OUTROS**

EMBARGADO(S): **VERA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS**

RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO:

Os presentes Aclaratórios foram interpostos em face do Acórdão prolatado por esta Câmara no Agravo Regimental (Fungibilidade - Legal) que, à unanimidade, negou-lhe provimento e manteve decisão terminativa exarada por esta relatoria que negou seguimento aos Recursos de Apelação interpostos por ambas as partes.

Em suas razões, a instituição bancária alegou que o acórdão foi omissivo, pois não se reportou a respeito da aplicabilidade do Código à época da compra do veículo e aduziu que houve contradição em trechos do *decisum* colegiado. Ao final, requereu o acolhimento do recurso, atribuindo-lhe o efeito modificativo, para reformar o Agravo e, por conseguinte, cominando o efeito cascata (modificação da Apelação e Sentença).

Apresentadas as contrarrazões, a Sra. Vera Lúcia, em suma, alegou o não cabimento dos institutos pleiteados pela parte embargante.

É o que importa relatar.

Recife, 29-05-2014.

Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**

- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

PROCESSO Nº: **213118-6**

EMBARGANTE(S): **BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S/A E OUTROS**

EMBARGADO(S): **VERA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS**

RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO:

Antes de adentrar na questão de mérito, permito-me destacar que, em face da natureza do julgado anteriormente proferido, temos que a presente decisão deve seguir a mesma casta do acórdão, qual seja, colegiado. Neste sentido, vejamos: "*Os Embargos de Declaração devem ser apreciados e julgados pelo mesmo órgão que proferiu a decisão embargada. Ao apreciar os Embargos, o órgão julgador deverá julgá-los em decisão que contenha a mesma natureza do ato judicial embargado.*" (Didier, Fredie. DA CUNHA. Leonardo José carneiro. Curso de Direito Processual Civil. 8ª ed. Salvador: Jus Podium, 2010, p. 201)".

O Acórdão, objeto do presente Recurso, não se encontra maculado, pois não há qualquer enfermidade constante no art. 535 do CPC.

A alegação de que houve omissão no quesito que a embargada adquiriu o automóvel antes do CC/02 - outro regime jurídico, não deve prosperar, haja vista, *in casu*, a busca e apreensão foi realizada em 2003, isto é, foi este fato que lesionou o direito da parte embargada, ou seja, marco que deu origem a presente celeuma. Forte nisso, resta claro que a parte ora embargante almeja apenas rediscutir o mérito já decidido da demanda. Ademais, ressalto, ainda, que o magistrado não tem o dever necessário de apreciar todos os assuntos trazidos pela parte se apenas um ou alguns deles tem força para firmar sua convicção. Não há obrigatoriedade de se esmiuçar todos os pontos arrazoados, pois basta a explicitação dos motivos norteadores do convencimento, face a celeridade da prestação jurisdicional. Logo, com alicerce na jurisprudência do STJ, não há como florescerem os argumentos ventilados pela parte ora embargante, vejamos:



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. *A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.* 2. *Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.* 3. Embargos de Declaração rejeitados. (Grifos acrescidos) (Edcl no AgRg no Ag 829849/RS; Rel. Min. HERMAN BENJAMIN; Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA; Data do Julgamento: 06/12/2007; Data de Publicação: Dje: 06/03/2008)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. ALIMENTOS. EXECUÇÃO EXTINTA. SENTENÇA EM REVISIONAL QUE REDUZ OS ALIMENTOS TRANSITADA EM JULGADO. RETROATIVIDADE MANTIDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. - Ao julgador não cumpre esmiuçar a questão sob a ótica tal como deduzida pela parte, bastando que dê solução adequada e fundamentada à controvérsia, sem omissões, contradições ou obscuridades no julgado. - (...). (STJ - REsp: 967168 SP 2007/0155241-3, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 12/05/2008, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 28.05.2008 p. 1)

Noutro giro, no tocante contradição alegada, a parte ora embargante, aduziu, vertiginosamente, que esta relatoria, para decidir de forma terminativa (art. 557), se baseou na sentença que "estaria alicerçada de jurisprudência". Todavia, esta relatoria, no voto do Agravo, fez menção à decisão terminativa deste próprio juízo, e não da decisão de piso, até porque o juízo de 1º é singular, não havendo opção para decisão colegiada.

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** os presentes Embargos Declaratórios, e pela manutenção, em todos os termos, do Acórdão prolatado. É como voto.

Recife, 29.05.2014.

Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

- Relator -